



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

São Paulo, 02 de abril de 2019.

Ofício nº. **1074** /2019 – EXPPGJ

Protocolo nº. 24.956/2019 - MPSP

Ref.: Ofício nº. 52/2019, de 27 de março de 2019.

IC nº. 70/2019.

(Pede-se o uso destas referências)

Senhor Conselheiro-Presidente

Nos termos do art. 104, § 5º, da Lei Complementar Estadual nº. 734, de 26 de novembro de 1993, encaminho a Vossa Excelência o pedido contido no ofício nº. 51/2019 anexo, da Promotoria de Justiça de Pedregulho, subscrito pelo Promotor de Justiça ALEX FACCILOLO PIRES.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de apreço e consideração.

**GIANPAOLO POGGIO SMANIO**  
Procurador-Geral de Justiça

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado**  
Avenida Rangel Pestana, 315 – Centro - CEP. 01017-906  
SÃO PAULO - SP  
/ers.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREGULHO  
Rua Nicolau Pelicari, nº 120, Centro  
CEP 14470-000 Pedregulho-SP  
Tel: (16) 3171 1628  
pppedregulho@mpsp.mp.br

Pedregulho, 27 de março de 2019.

Ofício nº 52/2019

Referente ao Inquérito Civil nº 70/2019

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,**

Pelo presente tenho a grata satisfação em cumprimentar Vossa Excelência e o faço, nos termos do Aviso nº 171/2005 - PGJ publicado em 06/04/2005, para solicitar-lhe o encaminhamento do ofício nº 51/2019, em anexo, ao E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

**ALEX FACCILO PIRES**  
Promotor de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor,  
**GIANPAOLO POGGIO SMAN**  
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROTOCOLO: 0024956/19

Data : 28/03/2019

Hora: 11:49:46

Local de Entrada:

14050502

SUBÁREA DE APOIO ADMIN. - PROTOCOLO GERAL

Assunto:

OFÍCIO DE ENVIO

Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREGULHO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREGULHO**

Rua Nicolau Pelicciari, nº 120, Centro

CEP 14470-000 Pedregulho-SP

Tel: (16) 3471-1628

pjpedregulho@mpsp.mp.br

Pedregulho, 27 de março de 2019.

**Ofício nº 51/2019**

*Referente ao Inquérito Civil nº 70/2019*

**SENHOR DIRETOR,**

Pelo presente, tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência e o faço para encaminhar cópia da portaria anexa e solicitar a realização de fiscalização específica do convênio nº 001/2018, firmado entre o Município de Rifaina e a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista para a prestação de serviços de saúde.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

**ALEX FACCILO PIRES**

Promotor de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor,

**Conselheiro Antonio Roque Citadini**

DD. Presidente do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

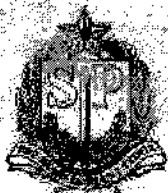
Patrimônio Público e Social - Município de Rifaina  
- convênio com a Santa Casa de Misericórdia de  
Patrocínio Paulista para a prestação de serviços  
de saúde - eventuais irregularidades

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, representado pelo Promotor de Justiça infra-assinado, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e pelo artigo 103 da Lei Complementar Estadual nº 734/93, INSTAURA o presente INQUÉRITO CIVIL, visando apurar eventuais irregularidades no convênio firmado entre o Município de Rifaina e a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista para a prestação de serviços de saúde.

Oficiou-se ao Município de Rifaina para que apresentasse toda a documentação relativa à parceria firmada com organização da sociedade civil para a prestação de serviços médicos em 2018 e 2019.

Em resposta, o Município apresentou a documentação e prestou os esclarecimentos reputados pertinentes.

Verifica-se que em 15/01/2018 o Município de Rifaina firmou convênio com a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista, cujo objeto é o atendimento médico de plantão geral e de especialidades dos usuários do SUS de Rifaina. A vigência inicial do convênio era de 01/01/2018 a 31/12/2018. Houve a prorrogação por mais três meses, ou seja, até 01/03/2019.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O convênio não se baseia na Lei nº 13.019/2014 (parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil), e sim na Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações).

A Lei nº 13.019/2014 dispõe que suas exigências não se aplicam, dentre outras hipóteses, aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal<sup>1</sup> (art. 3º, inc. IV). Nesse caso, incide o disposto no art. 116 da Lei nº 8.666/1993 (art. 84, parágrafo único, inc. II, da Lei nº 13.019/2014).

Portanto, o Município está obrigado a seguir o regramento da Lei de Licitações. O art. 116 dessa Lei estabelece o seguinte:

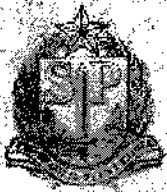
"Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do objeto a ser executado;
- II - metas a serem atingidas;
- III - etapas ou fases de execução;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V - cronograma de desembolso;
- VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

<sup>1</sup> "As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos."





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto do sua



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

O caput do citado art. 116 é claro ao estabelecer que a Lei nº 8.666/1993, como um todo (e no que couber), deve ser observada para a celebração do convênio.

Assim, o ente público está obrigado a licitar, salvo se estiver presente uma situação de dispensa ou de inexigibilidade.

No caso em questão, embora tenha sido aberto procedimento administrativo para a celebração do convênio, não houve licitação nem a demonstração acerca de eventual hipótese de dispensa ou de inexigibilidade.

No ofício enviado ao Ministério Público, o Município justificou que a Santa Casa de Misericórdia de Pedregulho, embora tenha sede mais próxima de Rifaina (se comparada à Santa Casa de Patrocínio Paulista), não possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), requisito indispensável para a celebração do convênio, conforme exigência do Ministério da Saúde. A Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista é detentora do CEBAS.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Portaria de Consolidação nº 01/2017, do Ministério da Saúde (que contém normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde) prevê duas formas de vínculos entre o poder público e entidades privadas para a prestação de assistência à saúde em caráter complementar, quais sejam, convênio e contrato.

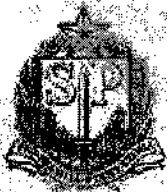
Segundo a portaria, o convênio é "firmado entre ente público e a instituição privada sem fins lucrativos, quando houver interesse comum em firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais à saúde" (art. 130, §3º, Inc. I). Já o contrato administrativo é "firmado entre ente público e instituições privadas com ou sem fins lucrativos, quando o objeto do contrato for a compra de serviços de saúde" (art. 130, §3º, Inc. II).

O convênio em questão, firmado entre o Município de Rifaina e a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista, tem, salvo melhor juízo, a natureza de contrato administrativo. Isso porque o plano de trabalho, que integra o ajuste, prevê serviços médicos específicos, com a discriminação dos respectivos valores. Houve, portanto, a compra de serviços médicos.

Nesse contexto, afigura-se, ao menos em tese, viável a licitação. Trata-se de serviços comuns, passíveis de ser prestados por outras instituições privadas da região.

Um ponto que também merece destaque é a remuneração por "consultas e exames de apoio". O plano de trabalho prevê o pagamento de tais serviços pelo "valor de médio de mercado, até o limite de mensal no valor de R\$ 3.350,00". A falta de previsão específica de cada serviço e do respectivo valor afronta o princípio da





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

transparência. Além disso, vai de encontro com a obrigação, imposta ao Chefe do Poder Executivo, de gerir os recursos públicos de forma responsável.

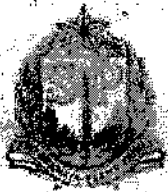
Ainda sobre essa questão, saliento que o Município de Rifaina pagou à Santa Casa, em todos os meses de 2018, o mesmo valor a título de "exames complementares", qual seja, R\$ 3.338,00 (valor muito próximo do limite, que é, como dito, R\$ 3.350,00). É no mínimo estranho que em todos os meses tenha sido gerada uma despesa exatamente igual, já que os exames complementares variam conforme a demanda dos usuários, que é incerta e variável.

Não constam na documentação apresentada pelo Município de Rifaina as notas fiscais dos serviços, prestados pela Santa Casa, embora tenha havido solicitação do Ministério Público.

Diante de tais fatos, instaura-se o presente inquérito civil para verificar se houve malversação de recursos públicos, bem como para fiscalizar os novos contratos ou convênios que o Município de Rifaina eventualmente firmar com entidades privadas visando a prestação do serviço de saúde.

Considerando o interesse do Ministério Público na defesa da probidade administrativa e do patrimônio Público, determina:

1. Autue-se e registre-se a presente portaria no SIS MP Integrado, bem como anexe-se uma cópia no referido sistema, nos termos do Ato nº 665/2010-PGJ-CGMP;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2. Autuem-se os relatórios de atendimento como anexo, não sendo necessária a numeração das folhas. Os demais documentos devem integrar os autos do inquérito civil;

3. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, unidade de Ituverava/SP, com cópia da presente portaria, solicitando a realização de fiscalização específica do convênio nº 001/2018, firmado entre o Município de Rifaina e a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista para a prestação de serviços de saúde;

4. Oficie-se ao Município de Rifaina para que envie cópia das notas fiscais dos serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista nos termos do convênio nº 001/2018;

5. Oficie-se à Santa Casa de Misericórdia de Pedregulho, à Santa Casa de Misericórdia de Franca e à Santa Casa de Misericórdia de Ituverava, com cópia do plano de trabalho referente ao convênio nº 001/2018, para que informem o quanto cobrarão pelos serviços médicos previstos no citado convênio.

Pedregulho, 7 de março de 2019.

ALEX FACCILO PIRES  
Promotor de Justiça

Elisa Alineri Ferrelra  
Analista Jurídica do Ministério Público

**Helena Maria Pinto**

---

**De:** Promotoria de Justiça de Pedregulho  
**Enviado em:** quarta-feira, 27 de março de 2019 14:59  
**Para:** Subprocuradoria Geral de Justiça - Ofício TCE  
**Assunto:** Ofício nº 51/2019 - TCE  
**Anexos:** Ofício nº 51.2019 e anexos.pdf; Ofício nº 52.2019.pdf

Prezados,

Por determinação do Exmo. Sr. Doutor Alex Facciolo Pires, Promotor de Justiça de Pedregulho, encaminho os ofícios anexos.

Atenciosamente,

Fábio Inácio  
Auxiliar de Promotoria

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREGULHO**

Rua Nicolau Peliciari, 120 - Centro

CEP 14470-000 Pedregulho - SP

Telefone: (16) 3171-1628

**MPSP | Ministério Público do Estado de São Paulo**

[www.mpsp.mp.br](http://www.mpsp.mp.br)